

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.

Número e título do GT:

GT 06 – Subcontratación y organización de trabajadores precarios

Título do trabalho:

As possibilidades jurídicas de organização e atuação coletivas dos trabalhadores informais.

Nome, filiação institucional e titulação do autor:

Renan Bernardi Kalil

Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (2008). Mestre em Direito do Trabalho e da Seguridade Social pela Universidade de São Paulo (2012).

Título:

As possibilidades jurídicas de organização e atuação coletivas dos trabalhadores informais.

Resumo simples:

O trabalho passou por grandes transformações nos últimos quarenta anos, especialmente a partir do processo de reestruturação produtiva, que marcou a crise do taylorismo-fordismo e a disseminação do toyotismo, além de introduzir diversas mudanças na organização do trabalho. Esses acontecimentos atingiram os sindicatos, que vivenciaram uma crise com as mencionadas modificações que ocorriam no trabalho. Dentre os desafios que se colocaram ao sindicalismo, mostrou-se relevante a necessidade de ampliação de suas bases de representação. Um dos possíveis caminhos apontados foi a organização dos trabalhadores informais. Nesse contexto, esta pesquisa examinou a atuação e a organização coletivas dos trabalhadores informais para – a partir do estudo da crise dos sindicatos e dos conceitos de trabalhador informal – analisar suas condições de viabilidade em face do ordenamento jurídico brasileiro.

Objeto:

Análise das possibilidades de organização e atuação coletivas dos trabalhadores informais, exame das principais formas jurídicas existentes – os sindicatos, as cooperativas e as associações - e a viabilidade e o papel do ordenamento jurídico na constituição de cada uma, assim como as particularidades e as funcionalidades dessas entidades para os trabalhadores informais.

Objetivo:

A organização e atuação coletivas dos trabalhadores, em especial os sindicatos, tiveram papel fundamental como fator de construção e afirmação do Direito do Trabalho, principalmente a partir da Revolução Industrial. Contudo, teve início no último quarto do século XX uma série de transformações nas relações de trabalho que alterou a conjuntura com a qual os sindicatos estavam habituados a lidar. Há uma crise no modelo taylorista/fordista e implanta-se uma reestruturação produtiva, sem alterar os pressupostos do modo capitalista de produção, cuja principal expressão foi o toyotismo.

Nesse sentido, desenha-se um quadro com as seguintes características: tenta-se mascarar e reduzir o elemento subordinação das relações de trabalho; busca-se intensificar o uso da mão de obra continuamente; minimiza-se a presença da representação dos trabalhadores em seus locais de trabalho; e exacerba-se o individual em detrimento do coletivo.

A configuração dessa situação e as referidas transformações nas relações de trabalho afetaram os sindicatos. Essas entidades enfrentaram uma crise e se depararam com novos desafios na busca da superação das dificuldades para organizar suas bases. Importante pontuar que é indicador da crise pela qual passa o sindicalismo a redução do poder coletivo dos trabalhadores (denominada de descoletivização), sendo que uma evidência disso é a redução da taxa de sindicalização, que ocorre em todo o mundo.

Somado a esse processo de mudanças, o setor informal é identificado por Keith Hart e passa a ser objeto de estudo de acadêmicos e de organizações internacionais. Em

que pese a variedade de posicionamentos a respeito da matéria, o que ocorre inclusive pelo fato do setor informal ser multifacetado, pode-se afirmar que seus integrantes não possuem proteção social, diversos direitos sociais não os abrangem e existem poucas medidas legislativas que tratam do tema. Ainda, esses trabalhadores compõem uma parcela expressiva do mercado de trabalho.

Os trabalhadores informais não estão organizados por sindicatos na maior parte do mundo e nunca foram o alvo principal para filiação dessas entidades. Tais fatos permitem inferirmos duas constatações: (i) a defesa e a promoção de direitos e interesses dos informais é precária; e, tendo em vista que se trata de um contingente expressivo de trabalhadores, (ii) a omissão do sindicalismo em face deles acentua a mencionada descoletivização.

A complexidade e a multiplicidade de situações que os integrantes do setor informal vivenciam demonstram que outras formas de organização podem ser mais adequadas, conforme as necessidades e as demandas desses trabalhadores. Em face disso, é relevante considerar a maneira pela qual outras entidades, como as cooperativas e as associações, podem defender e promover direitos e interesses dos informais.

É importante pontuar que o principal debate jurídico colocado neste estudo é a análise das possibilidades de organização e atuação coletivas dos informais e o papel que o ordenamento jurídico exerce na viabilização da constituição de entidades que promovam, coletivamente, os interesses desses trabalhadores.

No entanto, a restrição do presente estudo à perspectiva jurídica é insuficiente, dado que a análise estritamente legal, jurisprudencial e doutrinária do sindicato, da cooperativa e da associação não possibilita a investigação tanto da adequação dessas entidades em relação às demandas dos informais, quanto da possibilidade desses trabalhadores preencherem as condições para criarem as mencionadas organizações associativas.

Portanto, a análise do mencionado problema jurídico em conjunto com elementos de sociologia do trabalho e de economia do trabalho é de grande valor. Mediante um estudo interdisciplinar, é possível: compreendermos o atual estágio da principal forma de organização de trabalhadores, que é o sindicato, para estabelecermos as relações

existentes com os informais; e realizarmos a caracterização da economia informal e de seus integrantes.

Dessa forma, ao inserirmos nas discussões jurídicas sobre o tema elementos de outras disciplinas, pretendemos contribuir para a construção de um debate com lastro na realidade, principalmente ao não nos limitarmos à mera reprodução de enunciados normativos e ao levarmos em consideração questões do cotidiano que são da maior importância para um contingente expressivo de trabalhadores. Também entendemos que contribuem nesse sentido as entrevistas, realizadas para ilustrar a organização dos trabalhadores informais, com um representante de cada uma das espécies associativas analisadas.

Metodologia:

A presente pesquisa consiste em um estudo interdisciplinar, por meio do estudo nos âmbitos jurídico, sociológico e econômico, das transformações no mundo do trabalho e seus desdobramentos na organização e atuação coletivas dos trabalhadores, da economia informal e seus integrantes e das possíveis formas de organização dos informais. Serão utilizados os seguintes métodos de abordagem: (i) indutivo; (ii) dedutivo; e (iii) analítico-sintético.

O método de procedimento utilizado é o seguinte: dogmática jurídica (baseada em doutrina, legislação e jurisprudência).

No tocante às técnicas de pesquisa, recorre-se: (i) à consulta de fontes primárias (legislação nacional e internacional, jurisprudência); (ii) à consulta de fontes secundárias (pesquisa bibliográfica); (iii) ao uso de dados quantitativos (estatísticas de órgãos oficiais e de pesquisa aplicada sobre as transformações do mercado de trabalho e dos sindicatos); e (iv) e ao uso de dados qualitativos (realização de entrevistas, com a aplicação de questionários semidirigidos a dirigentes de organizações associativas de trabalhadores informais situadas na cidade de São Paulo).

Resultados:

A legislação brasileira, no tocante à organização de trabalhadores por meio de sindicatos e de cooperativas, precisa ser reformada para que as necessidades dos informais sejam contempladas. É relevante que haja, por parte das entidades já constituídas, a inclusão dessa pauta em suas reivindicações, de forma a permitir que sua atuação seja facilitada no futuro e para garantir que novas organizações que surjam não tenham de vivenciar as mesmas dificuldades experimentadas pelas atualmente existentes. A partir da elaboração de propostas pelos informais será possível que esses trabalhadores pleiteiem junto aos demais atores sociais, em especial aos Poderes Executivo e Legislativo, alterações no ordenamento jurídico que lhes sejam positivas e atendam às suas demandas.

Bibliografia principal:

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *De “Setor” para “Economia Informal”*: aventuras e desventuras de um conceito. Apresentado no seminário interno “A Aventura de um Conceito: De ‘Setor’ para ‘Economia’ Informal (O debate das três últimas décadas)”. Centro de Estudos da Metrópole em 17 abr 2009. Disponível em <http://www.centrodametropole.org.br/v1/texto_sem_2009_barbosa.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2010.

BIRCHALL, Johnston. Organizing workers in the informal sector: a strategy for trade union cooperative action. *Working Paper*, Geneva, n. 1-1, 2001.

BONNER, Christine; SPOONER, David. Organizing in the informal economy: a challenge for the trade unions. *Internationale Politik und Gesellschaft*, Bonn, n. 2, 2011.

CACCIAMALI, Maria Cristina; JOSÉ-SILVA, Maria de Fátima. Mais informalidade, menos cidadania. Considerações sobre esse círculo vicioso na América Latina. *Cadernos PROLAM/USP*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 5-24, 2003.

CASTILLO, Gerardo *et al.* Union education for informal workers in Latin America. In: INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. BUREAU FOR WORKERS’ ACTIVITIES.

Unprotected labour: what role for unions in the informal economy? *Labour Education*, Geneva, v. 2, n. 127, 2002.

CHEN, Martha; JHABVALA, Renana; KANBUR, Ravi; RICHARDS, Carol (Eds.). *Membership-based organizations of the poor*. New York: Routledge, 2007.

GALLIN, Dan. Organizing in the informal economy. Unprotected labour: what role for unions in the informal economy? *Labour Education*, Geneva, v. 2, n. 127, 2002.

HURTADO, Montserrat. *Las organizaciones sindicales y el sector informal*: reflexiones para la formación y la acción. Proyecto Fortalecimiento de las Organizaciones Sindicales para el Diálogo Social Tripartito y el Desarrollo Socioeconómico de la Región. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2000.

JAKOBSEN, Kjeld, MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Orgs.). *Mapa do trabalho informal*: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Compêndio de direito sindical*. São Paulo: LTr, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho*: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2011.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. El trabajo en el mundo 1997-98. *Relaciones laborales, democracia y cohesión social*. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 1997.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). *Além da fábrica*: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da. *Crise de representatividade e participação dos sindicatos em políticas ativas de emprego*. 2001. Tese (Titular de Direito do Trabalho) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.